Data: 14.03.2020

Titulo: Era uma vez um livro

Pub: Expresso | E A Revista do Expresso

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Destaque

Pág: 1;4;34;35;36;37;38;39

Área: 5179cm²/ 44%

Tiragem: 123.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6772724

Descoberta

O livro perdido de D. João II

Por Alexandra Carita

Data: 14.03.2020

Titulo: Era uma vez um livro

Pub: Expresso | E A Revista do Expresso

Tipo: Jornal Nacional Semanal **Secção:** Destaque **Pág:** 1;4;34;35;36;37;38;3

Área: 5179cm²/ 44%

Tiragem: 123.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6772724

Era uma vez um livro Esta é a história do livro de horas do Príncipe Perfeito. É um manuscrito do século XV, assinado por um matemático castelhano, que o Expresso revelou

Data: 14.03.2020

Titulo: Era uma vez um livro

Pub: Expresso | E A Revista do Expresso

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Destaque

Pág: 1;4;34;35;36;37;38;39

Área: 5179cm²/ 44%

Tiragem: 123.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6772724

Era uma vez +E um livro

Data: 14.03.2020

Titulo: Era uma vez um livro

Pub: Expresso | E A Revista do Expresso

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Destaque

Pág: 1;4;34;35;36;37;38;39

Área: 5179cm²/ 44%

Tiragem: 123.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6772724

QuickCom comunicação integrada

Data: 14.03.2020

Titulo: Era uma vez um livro

Pub: Expresso | E A Revista do Expresso

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Destaque

Pág: 1;4;34;35;36;37;38;39

Área: 5179cm²/ 44%

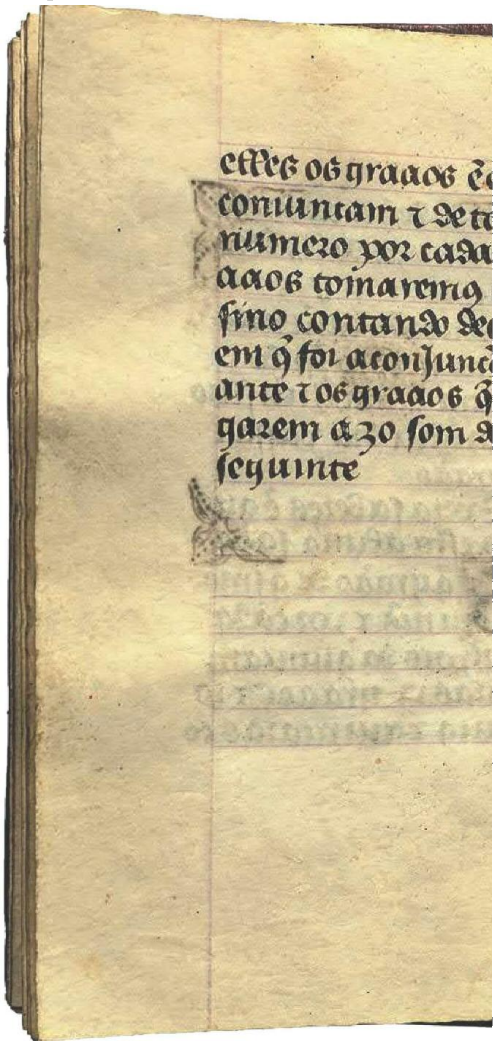
Tiragem: 123.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6772724

Esta é a história do livro de horas do Príncipe Perfeito. É um manuscrito do século XV, datado e assinado por um matemático castelhano que serviu três reis de Portugal, e que o Expresso revelou em primeira mão. O códice, escrito em latim e português, tem 22 iluminuras de página inteira e vem mudar a forma como se olha para a arte portuguesa na Idade Média



Veio guardado dentro de um saco de uma máquina de barbear, num embrulho em papel de celofane. É pouco maior do que um maço de tabaco e tem direito a luvas e almofada. "Finalmente um flamengo!" Delmira Espada Custódio mostrava a sua alegria na descoberta de um livro de horas. A decoração do manuscrito, as iluminuras e capitulares diziam-lhe que aquele objeto precioso devia vir da Flandres. Foi só uma impressão. Ao olhar com mais atenção o códice que se lhe atravessava no caminho, a investigadora do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa ficou ainda mais satisfeita. O prognóstico estava errado. Afinal, tratava-se do Livro de Horas encomendado por D. João II a D. Diogo de Ortiz, dito o Calçadilha.

A existência do manuscrito era desconhecida no meio académico. O proprietário, Paulo Cantos, também não sabia o que tinha em casa. Neto de Paulo de Cantos, um designer gráfico modernista, nascido na Ajuda, em Lisboa, em 1892 e falecido em 1979, viu-se a braços com um espólio gigantesco e nada catalogado. Uma primeira edição de "Os Lusíadas", um retrato de Camões na prisão da Boa-Hora, que coloca a iconografia do escritor no ano de 1556, uma extensa biblioteca, peças de arte africanas e muito mais são parte agora visível de um acervo de cinco pisos de altura, um prédio inteiro, o nº 5 da Praça do Príncipe Real. Homem excêntrico e de muitos interesses, criou com Ernesto Martins (conhecido alfarrabista lisboeta) a Biblarte em 1951. A galeria/alfarrabista funcionou durante anos no Palácio do Conde de Castelo Melhor, frente ao Jardim de São Pedro de Alcântara. Mário Cesariny era um dos assíduos frequentadores da casa, onde se venderam muitas primeiras edições suas mas também de Almeida Garrett, e ainda de Fernando Pessoa. O escritor dos heterónimos morou mesmo naquele espaço. De resto, enquanto a casa esteve aberta, manteve-se intacto o quarto do poeta, onde passava muito tempo depois de sair do trabalho.

Paulo de Cantos, autor de um inédito código de nove símbolos, o PAK, com o qual se correspondia com a família, era um homem do mundo. "Trazia tudo de todo o lado e guardava tudo", conta o neto. "Lembro-me de ir lá a casa e ver coisas valiosas e bonitas e coisas que não tinham interesse nenhum. Ele pintava também e fazia escultura. Lembro-me de ver as grandes máscaras africanas. Tinha medo, mas era sempre uma aventura."

UM COMEÇO FELIZ

Do alfarrabista para casa ou de casa para lá, muitos objetos foram levados, trocados e conservados. O "Livro de Horas para D. João II" era um deles.

"Esse não tenho, mas este talvez lhe interesse", respondeu, a Delmira Espada Custódio, Gil de Cantos, 94 anos, filho do também reitor liceal e o pai do Paulo Cantos que agora segura o livro nas mãos à procura de comprador. A investigadora seguia o percurso de um outro livro de horas, guardado nos Açores, comprado pelo Museu de Angra do Heroísmo em 1979, e que tinha sido comercializado na Biblarte. "Só faltava finalizar o percurso do livro em Lisboa", quando em agosto do ano passado bateu à porta de pai e filho na esperança de o encontrar.

TEXTO
ALEXANDRA CARITA
FOTOGRAFIAS
ANTÓNIO PEDRO FERREIRA

Data: 14.03.2020

Titulo: Era uma vez um livro

Pub: Expresso | E A Revista do Expresso

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Destaque

Pág: 1;4;34;35;36;37;38;39

Área: 5179cm²/ 44%

Tiragem: 123.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6772724

QuickCom comunicação integrada

MISTÉRIO A existência deste manuscrito era desconhecida no meio académico. O proprietário, Paulo Cantos, também não sabia o que tinha em casa. Neto de um designer gráfico modernista, falecido em 1979, viu-se a braços com um espólio gigantesco e nada catalogado

Os livros de horas eram comuns no final da Idade Média. Em Portugal, a historiadora Lurdes Rosa aponta para uma existência na casa das cinco a sete dezenas

"Tinha esperança que o doutor Gil quando olhasse para as imagens do manuscrito se lembrasse se teria pertencido à coleção do pai." Em vez do desfecho, foi um começo feliz o que descobriu.

A importância social de Diogo Ortiz, prelado nascido perto de Cáceres, na Extremadura espanhola, dita desde logo que o livro, executado em 1483, não era um qualquer. A investigação tomou então forma. À volta do pequeno livro — 115 X 80 mm —, juntaram-se Adelaide Miranda e Carlos Manuel Pereira Fontes, também do Instituto de Estudos Medievais, Aires Augusto Nascimento, do Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Henrique Leitão e José Madruga Carvalho, do Centro Interuniversitário de História das Ciências da Universidade de Lisboa, Horácio Augusto Peixeiro, da Associação de Professores de História, e Josefina Planas Badenas, da Universitat de Lleida. Cada um na sua especialidade, foram desenvolvendo um estudo mais aprofundado sobre o códice que agora aparece.

A frase autoral do calendário que precede as orações do livro de horas foi eleita a marca distintiva e de identificação do manuscrito. Diz ela: "Composto pelo lecenciado calçadilha per mandato del rei ao meridiano e ladeza de lixboa o anno de 1483". "Aqui não há equívocos", afirmam em coro Delmira e Adelaide. A firmeza com que o dizem prende se com a importância que o livro pode alcançar, sendo uma encomenda régia, muito provavelmente elaborada em território português. "Não há razão nenhuma para não ter sido feito em Portugal. Fizemos a análise na Biblioteca Nacional e vimos que havia continuidade entre os cadernos do livro, um manuscrito único para estas cronologias", avança Adelaide Miranda. "Será mesmo o modelo e a referência do que foi a iluminura de escola portuguesa. O primeiro livro a referenciar os outros", frisa Delmira Espada Custódio.

Conta a tradição que em Portugal se privilegiava sobretudo a ornamentação. "Não há uma tradição portuguesa, mesmo nos nossos mosteiros, de grandes programas iconográficos. A imagem é sempre reduzida ao mínimo. E este livro tem um programa iconográfico muito desenvolvido, o que quer dizer que foi feito para alguém muito importante e alguém que tinha um gosto pelas imagens. Por isso, pensamos que foi para alguém da casa real e muito em particular para quem o Calçadilha diz que fez o calendário. Foi para o D. João II, certamente, que era o rei em Portugal em 1483", esclarece melhor Adelaide Miranda. A professora estranha que o códice não tenha heráldica. "Estes livros geralmente tinham um conjunto de brasões que assinalavam a pertença ao rei. Mas aqui em Portugal isso não era tão comum como em outros locais. O "Livro de Horas de D. Manuel" praticamente não tem e todos os que conhecemos que pertenceram a alguém do reino não têm uma heráldica muito presente ou assinalada. Incluindo os da rainha D. Leonor, mulher de D. João II", justifica.

Ora a 'outra' hipótese de pertença é justamente a rainha. "Isabel Cepeda indica que existe um inventário dos livros de D. Leonor que ficaram em Xabregas, e nele vêm enumerados quatro livros de horas, para além do Breviário. Desses quatro livros conseguimos identificar três. As 'Perfeitíssimas Horas', que tem uma nota de pertença ('este livro foi da rainha D. Leonor, não se pode mandar

Data: 14.03.2020

Titulo: Era uma vez um livro

Pub: Expresso | E A Revista do Expresso

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Destaque

Pág: 1;4;34;35;36;37;38;39

Área: 5179cm²/ 44%

Tiragem: 123.400

Cores: 4 Cores

FOTO

ID: 6772724

fora sob pena de excomunhão'), todo em grisalha e ouro; as 'Pequenas Horas da Rainha D. Leonor', que diz só 'da Rainha', e, descobrimos em Baltimore, 'As Horas de Cromatismo Alternado', com fólios policromos e fólios em grisalha, do 3º quartel do XV", avança Delmira. A investigadora põe a proposta em cima da mesa, muito embora acredite que esta possibilidade de pertença seja remota.

De resto, no manuscrito existem mais duas notas de pertença de meados do século XIX. "Sabemos que pertenceu a Caetano Frascarelli, falecido em 1868, um abade italiano que esteve por três vezes em Lisboa. No entanto, a primeira nota é, em boa verdade, uma nota de oferta que indica o proprietário anterior, de seu nome José Jacinto Tavares. Este foi prior de Santa Isabel e escreve no livro que o oferece a Caetano Frascarelli devido à grande amizade que sente por ele. Sabemos que o prior de Santa Isabel era próximo do duque de Saldanha e que Frascarelli foi, entre outras coisas, capelão do mesmo duque, que por sua vez frequentava a casa de José Jacinto Tavares", conta a investigadora do Instituto de Estudos Medievais.

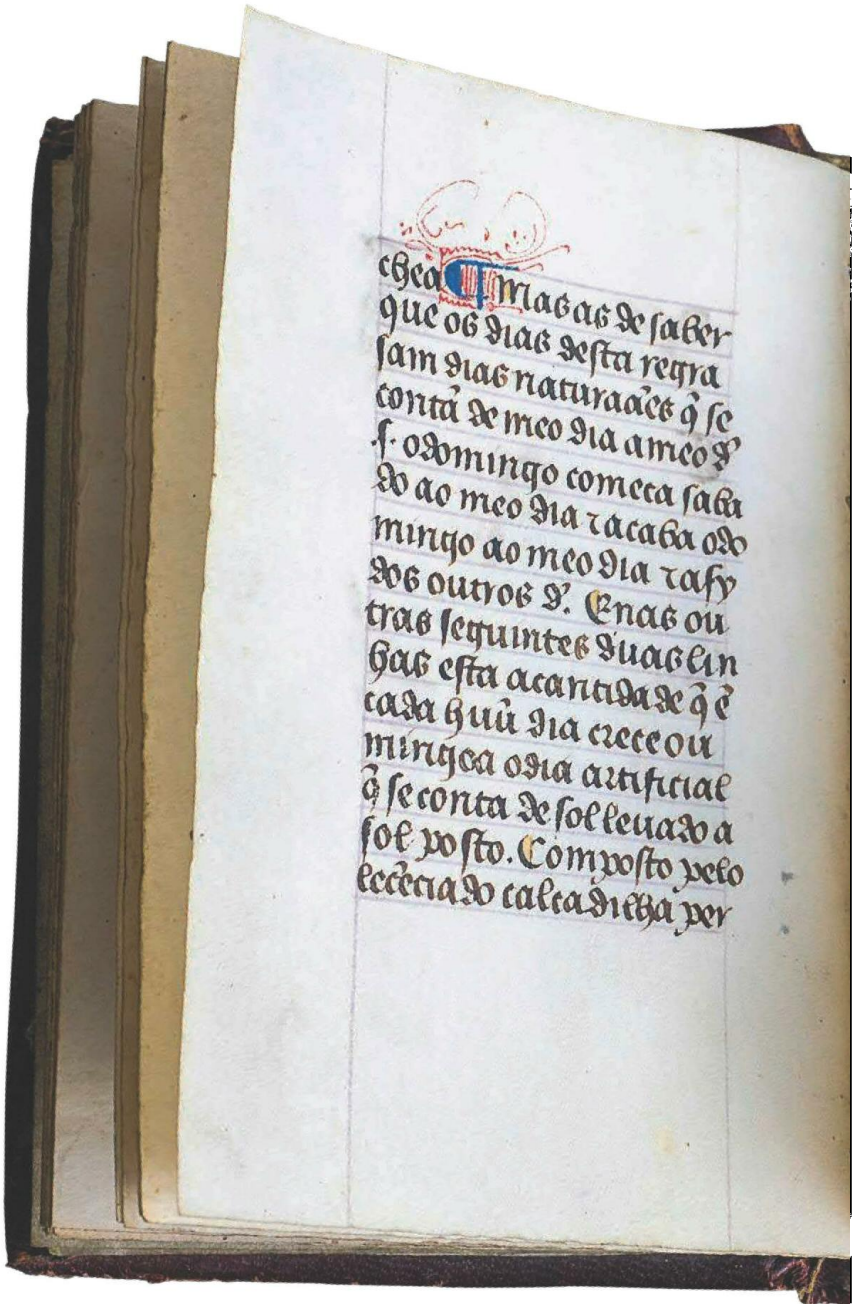
UM LIVRO DE ORAÇÃO PESSOAL

Os livros de horas eram comuns no final da Idade Média. Em Portugal, a historiadora Lurdes Rosa aponta para uma existência na casa das cinco a sete dezenas, apesar da exposição de livros de horas levada a cabo na Biblioteca Nacional em 2014 ter mostrado apenas 25. Mas régios conhece se apenas o de D. Duarte, que está nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, uma possível atribuição do "Livro de Horas do Infante D. Henrique", que está em Évora e é da primeira metade do século XV, e as "Horas Ditas de D. Fernando e D. Catarina", de que se conserva apenas uma parte no Museu Nacional de Arte Antiga.

Espécie de "ligação direta com Deus", o livro de horas é um livro de oração pessoal. "Numa versão alargada, a que se chamava breviário, era utilizado para rezar as horas canónicas, oito. Mais tarde, os leigos também quiseram ter essa proximidade e esse acesso privilegiado a Ele e nasceram os livros de horas", esclarece Delmira.

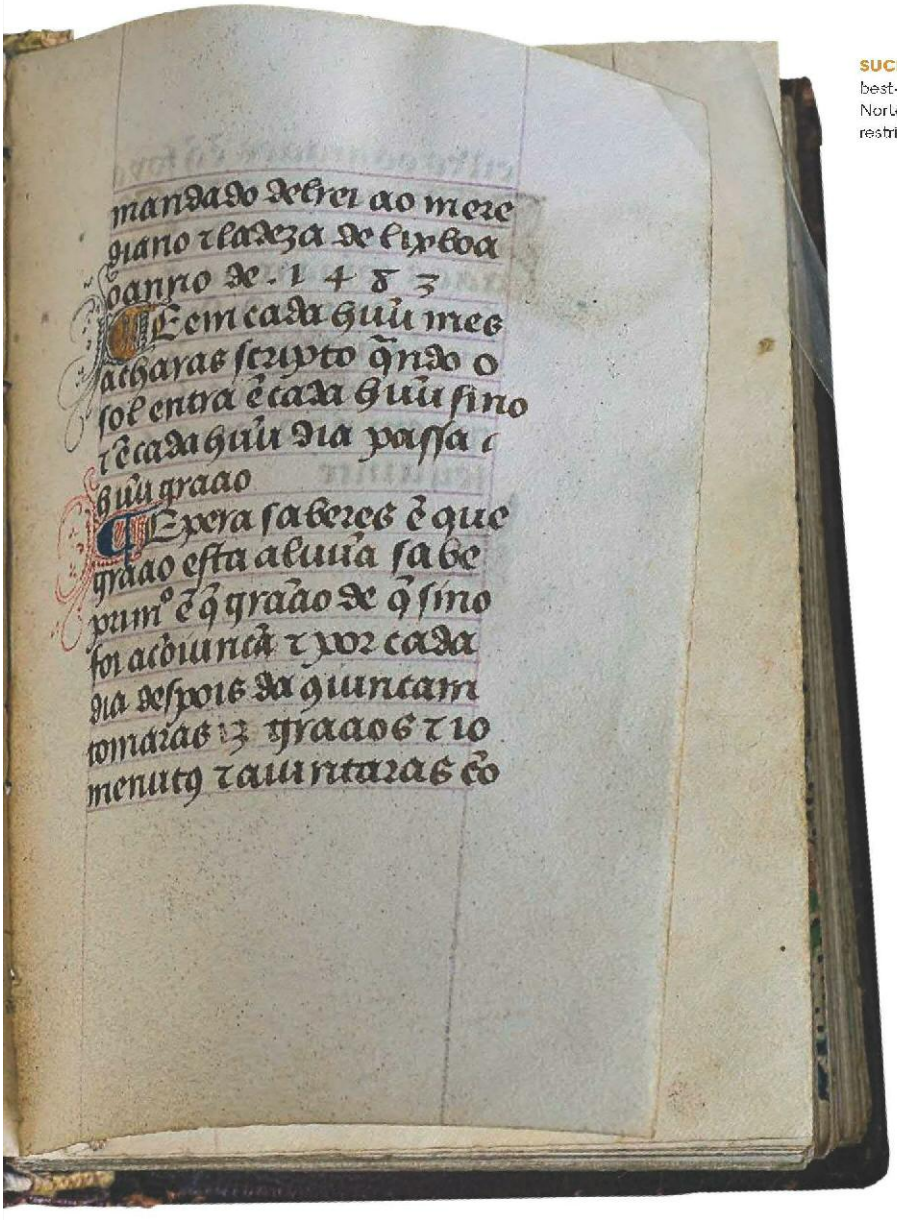
Sendo assim, era a religião que guiava o dia. As horas, "distribuídas na sua forma original em oito tempos, tinham os seguintes nomes: matinas (meia-noite), laudes (três da manhã), prima (seis horas), tércia (nove horas), sexta (meio-dia), noa (três da tarde), vésperas (seis da tarde) e completas (nove da noite/depois do pôr do sol). A cada uma destas horas correspondia um conjunto de orações", explica, em "Rezar em Portugal", o historiador João Alves Dias. E o dia organizava-se assim. "Era como se por norma hoje rezássemos às 9h o Credo, às 12h o Pai-Nosso e às 15h a Salve Rainha", explica também o historiador. "O livro de horas era um controlo do tempo pela religiosidade, que marcava todos os parâmetros da vida social", desenvolve Lurdes Rosa. "Esses livros traduziam um sistema de oração que define que todas as horas deviam ser consagradas à devoção, uma tradição monástica. Simplesmente, os leigos que sabiam ler sempre quiseram poder rezar assim."

A verdade, diz a medievalista, é que a religião era uma forma de ver o mundo. "Uns mais devotados, outros menos, todos eram religiosos. A religião era uma cosmovisão", continua, lembrando



O livro de horas é um livro de oração pessoal. "Numa versão alargada, a que se chamava breviário, era utilizado para rezar as horas canónicas, oito", esclarece Delmira Espada Custódio

Data: 14.03.2020
Titulo: Era uma vez um livro
Pub: Expresso | E A Revista do Expresso
Tipo: Jornal Nacional Semanal
Secção: Destaque
Pág: 1;4;34;35;36;37;38;39
Área: 5179cm²/ 44%
Tiragem: 123.400
FOTO
Cores: 4 Cores
ID: 6772724



SUCESSO "Os livros de orações eram best-sellers na Europa, sobretudo no Norte. Em Portugal, a literacia era mais restrita" diz a historiadora Lurdes Rosa

que, apesar disso, o século XV foi atravessado por uma enorme turbulência ortodoxa e reformista. Em Portugal, acredita, os reis eram especialmente religiosos, olhando a devoção como uma forma de legitimar a monarquia, "que era uma monarquia paternalista, que se preocupava também com a alma dos súbditos. Tendencialmente, a monarquia queria ser uma forma régia que assumisse também uma função religiosa e alocasse para o rei aspetos que tinham sido só da Igreja".

"Todos os nobres, sem exceção, tinham um livro de horas", afirma João Alves Dias, que acredita que este livro só poderá vir a acrescentar qualquer coisa de novo se tivermos em conta a evolução da língua ou o ponto de vista artístico que enceta. Lurdes Rosa sublinha e acrescenta: "Os livros de orações eram *best-sellers* na Europa, sobretudo no Norte. Em Portugal, a literacia era mais restrita. Acontece que só nos resta 20% da documentação que existiu. Sabemos que D. Afonso V tinha uma biblioteca, mas não há nada sobre ela, sabemos que D. Manuel mandava vir de cada feitoria imensos livros. D. João II não era exceção."

Na sua corte, "não havia grande distinção entre religião e cultura. E era uma cultura avançada a que a corte detinha, mesmo em termos religiosos. Entraram em conflito com prelados ortodoxos porque protegiam ordens reformistas. Conheciam os tratados religiosos, estavam a par do que se ia passar no futuro, sabiam que o protestantismo ia chegar. D. João II chega mesmo a instaurar o *beneplacitum*, que permitia ao rei examinar os documentos papais e autorizá-los ou não", continua a historiadora, frisando outra vez a pouca quantidade de documentos e livros que nos chegaram e a importância que cada um tem precisamente por essa razão.

Mais raros ainda são os livros produzidos em Portugal. Conhece-se apenas dois: o "Iluminado 4", da Biblioteca Nacional, e o dito "Livro de Horas de D. Manuel", guardado na coleção do Museu Nacional de Arte Antiga. O 'novo' manuscrito do Príncipe Perfeito vem aumentar o número dessas preciosidades. O livro deverá ter sido feito à medida de D. João II, como acontecia com os livros das grandes figuras da nobreza.

UM HOMEM DE CONTRADIÇÕES

Homem de contradições, profundamente devoto e absolutamente inovador, com uma visão instrumental de ciência, o rei lançou o país na maior cruzada de sempre, a das navegações. Não é de admirar pois que chamasse à corte os melhores cientistas do momento para trabalharem com ele nessa empreitada. D. Diogo de Ortiz, dito o Calçadilha, chega a Portugal vindo de Salamanca, onde foi professor de astrologia. O grande matemático trocava impressões com Juan de Salaya e Abraão Zacuto, o maior astrónomo da época na Península Ibérica, que também serviu a corte portuguesa com início no reinado de D. João II. Como Zacuto, Calçadilha fez parte da junta de matemáticos do rei que avaliou a campanha de Cristóvão Colombo, bem como realizou as cartas itinerário de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva, com vista à localização do reino de Prestes João das Índias.

"Ele é um matemático de altíssimo nível, é professor de astronomia e astrologia na Universidade de Salamanca. Veja-se os muitos manuscritos de 1460 e 1470 de astronomia técnica. Vêm todos dali. Quando lhe pedem para fazer um calendário para juntar ao livro de horas, não fez um calendário banal, juntou lhe informação que só uma pessoa com muito boa preparação podia juntar", esclarece Henrique Leitão. "Vê se logo que é um calendário pouco vulgar, pois aponta novos números áureos (tão importantes que teriam sido pintados a ouro, como reza a história) ao calendário juliano tradicional. Estes números nos calendários habituais estavam mal, estavam desviados, diziam que era lua cheia, mas não era e toda a gente estava com o livro na mão e olhava para o céu e não via a lua cheia. O Calçadilha faz um desvio e aponta novos números, vai corrigir as posições das luas e diz com justiça 'foi um calendário que eu fiz'. E faz ainda mais do que isso, faz uma grande modificação aos

Data: 14.03.2020

Titulo: Era uma vez um livro

Pub: Expresso | E A Revista do Expresso

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Destaque

Pág: 1;4;34;35;36;37;38;39

Área: 5179cm²/ 44%

Tiragem: 123.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6772724

calendários litúrgicos. Ajusta horas e minutos. A lua nova vai ser no dia tal, às 10 horas e 27 minutos. O que significa que precisou de introduzir cálculos de hora e minuto das conjunções dos momentos em que há a lua nova. E isso é inédito nos livros de horas. Até ali só acontece nos livros de astronomia, nos tratados técnicos."

Só que há um problema quando se reposiciona a lua: a Páscoa, festa móvel e absolutamente crucial na organização do ano, será num dia diferente do que é anunciado pela tabela pascal tradicional. "Quem usava este livro, o rei, supostamente, tinha a lua certa no calendário feito pelo Calçadilha, mas para determinar as festas tinha que ir à tabela da Páscoa. É por isso que, de facto, aqui dentro estão dois calendários", conclui Henrique Leitão, que acredita que o trabalho de Calçadilha põe em relevo a originalidade de um livro de horas já tão raro.

Executado em velino de várias espessuras, com 206 fólios, enumerados e agrupados em 18 cadernos de constituição diversa e irregular, o livro do Príncipe Perfeito conserva 22 iluminuras de página inteira que aludem a quadros bíblicos como o Calvário, Pentecostes, Virgem no trono com o menino e anjos músicos, Anunciação, Visitação, Natividade do Menino, Anúncio aos Pastores, Adoração dos Magos, Matança dos Inocentes, Virgem e Cristo Entronizados, Juízo Final, Celebração do Ofício Fúnebre, Trono da Misericórdia, Missa de São Gregório, São Miguel Arcanjo, Três Reis Magos, Santo António, Santos Cosme e Damião, Santa Catarina, entre outros.

"A tradição da imagem a acompanhar a palavra tem a ver com os livros religiosos e com os livros nos mosteiros. Os monges, quando copiavam ou escreviam os seus livros,tinham sempre a preocupação, e isto é uma ideia muito medieval, de ligar o texto à imagem. Por isso, quando se fazia um livro com uma devoção religiosa, fazia-se sempre o melhor que havia porque era algo endereçado a Deus", explica Adelaide Miranda. "Para Deus fazia-se a palavra revelada, mas acompanhada pela imagem. Era uma forma de tornar o livro mais apetecível, mais bonito e, por outro lado, era construir um discurso imagético que acompanhasse o próprio texto. E por isso, não só se faziam as imagens e se encomendavam os iluminadores e artistas conforme as posses de quem mandava fazer o livro como também se mandavam vir os materiais mais preciosos, o lápis-lazuli, o ouro. Colocava-se no livro tudo aquilo que fizesse dele um objeto artístico e sagrado ao mesmo tempo. O que era qualquer coisa muito indissociável na Idade Média, sobretudo no mundo monástico. Essa tradição acabou por ser extensível não só a livros religiosos mas também a outros."

Se todo este aparato artístico e técnico existia em Portugal é outra questão que o "Livro de Horas de D. João II" levanta, sendo tão pouco conhecidas as oficinas da época além do *scriptorium* de Alcobaça. Maria José Mexia Bigotte Chorão tem poucas dúvidas sobre essa possibilidade. Embora os maiores ateliês que se conhecem ficassem situados na Flandres, em Paris e em Itália, a arquivista da Torre do Tombo e autora de vários estudos sobre forais manuelinos garante que "tinha de haver oficinas em número suficiente para, por exemplo, dar a executar a coleção Leitura Nova de D. Manuel, iniciada em 1504, nove anos depois da morte de D. João II, com o fim de preservar os documentos cujo suporte estava demasiado danificado, ou cuja leitura não era acessível.

"São mais de 60 livros com 300 folhas cada um, todas as folhas têm decoração, todas as iniciais de cada capítulo são iluminadas e estamos a falar de milhares de capitulares. Tinha de haver gente. E não só os sete ou oito que conhecemos. Era tal o volume de trabalho que tinha de haver uma oficina ou até mais. A sua existência é uma inevitabilidade", garante Maria José Mexia. Catarina Barreira, historiadora de arte medievalista, tem a mesma opinião. "Na segunda metade do século XV há indícios que houve um *scriptorum* de corte a funcionar. Lá trabalhariam pessoas capazes de copiar e escrever códices. Isto já acontecia no reinado de Afonso V, por isso, D. João II deve ter herdado qualquer coisa ainda em funcionamento. Existia com certeza um conjunto de iluminadores a trabalhar na corte." Apesar do "mistério em aberto" que ainda continua a ser o reinado do Príncipe Perfeito, Catarina Barreira acredita que, pelo facto de se tratar de uma aprendizagem específica, quem aprendia não ia fazer outra coisa a seguir. "Estes homens que faziam as iluminuras provavelmente também faziam documentação administrativa, não se sabe. De qualquer forma, tinham um fundo comum, sabiam ler e escrever."

"É extraordinário como se sabe tão pouco sobre o mecenato artístico de D. João II. Qual a sua ligação com a arte e com o património? Há muito pouca informação", afirma Adelaide Miranda. "O Museu Nacional de Arte Antiga tem algumas peças interessantes, o Nuno Gonçalves e poucas outras. Por isso, este livro pode vir a esclarecer outras coisas na pintura das décadas de 80 e 90 do século XV", adianta também. "Os livros que circulavam na altura não têm datação nem autoria. Este é um caso muito fora do vulgar, com grande possibilidade de reorganizar a história da arte, a história dos manuscritos, da matemática e da astronomia, ou seja, dá nos uma referência para podermos começar a definir o que é a produção do livro de horas em Portugal e da iluminura deste período."

De resto, explica Delmira Espada, D. Diogo de Ortiz, o autor do livro de horas agora em estudo, é também autor de uma obra muito importante encomendada por D. Manuel I, o Catecismo Pequeno, de que existe uma versão manuscrita autógrafa no Porto. É como confessor da princesa D. Joana, a Excelente Senhora, em Portugal, a Beltraneja, em Castela, que o matemático chega à corte. Cá será feito bispo de Tânger, bispo de Ceuta e de Viseu, e será com funções eclesiásticas que se mantém próximo tanto de D. João II como de D. Manuel, de quem fica testamentário em 1517, sendo uma das figuras que assegurava o trono durante a menoridade de D. João III. É também ele que faz a trasladação do corpo de D. João II, de Silves para o Mosteiro da Batalha, como já fora ele que dera a conhecer ao Príncipe Perfeito o seu real estado de saúde pouco antes da sua morte, a que também assiste.

"Um livro de horas muito bom tinha o preço equivalente à casa do seu proprietário. Era um sinal de ostentação e um bem de primeiríssimo valor", afiança Maria José Mexia. "Esses pequenos livros são a demonstração de como a forma de rezar atinge o seu auge estético." Hoje não tem preço. Pelo menos, ninguém ousa dar-lhe um. "A dificuldade de lhe atribuir um valor tem a ver com a raridade. Para os livros de horas há referências internacionais, o de um rei francês, por exemplo. Mas não há tabelas. Há sim um *site* agregador dos resultados dos leilões. E, de facto, o mercado leiloeiro é sempre questionável, há o fator especulativo. Mas é, ao mesmo tempo, o local onde se alcançará o preço mais justo para um manuscrito deste género. É a forma mais limpa de resolver a questão", diz Nuno Gonçalves, leiloeiro da Ecléctica. "É o mercado que estabelece o valor, ou seja, atribui-lhe o preço que alguém está disposto a dar por ele," explica, mas retrai-se a avaliá-lo. Só com o relatório de um perito e mesmo assim "é difícil". "O livro há de ter o seu valor, mas não há em Portugal nenhuma peça do género. Se aparecesse o manuscrito de 'Os Lusíadas', valeria milhões de euros. Pede-se por uma primeira edição da obra de Camões um milhão, e por um 'Livro de Horas de D. Manuel I', para uso dos nobres mais próximos, dá-se 50 mil euros. Mas para este não há nenhuma ordem de grandeza", garante o leiloeiro.

Portugal pode não lhe dar o valor que merece, mas "no estrangeiro há muita gente que se interessa por livros de horas", sabe Paulo Cantos. O atual proprietário do manuscrito volta a colocá-lo no saco da máquina de barbear em que chegou. Delmira guarda as luvas e a almofada. O que virá, será. ●

"Um livro de horas muito bom tinha o preço equivalente à casa do seu proprietário. Era um sinal de ostentação e um bem de primeiríssimo valor", afiança Maria José Mexia

acarita@expresso.impresa.pt